

A ética da globalização



Nelson Mello e Souza

*Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;
Membro da Academia Brasileira de Filosofia.*

I

Falar sobre “a ética da globalização” é falar sobre a forma pela qual a chamada “modernidade” – entendida como nova estruturação do sistema produtivo, do comportamento social a ele inerente, da rapidez e amplitude da circulação e distribuição dos bens e serviços, da propensão a consumir e dos valores culturais que adubam esta propensão – configura a vida que vivemos, codifica suas motivações e cria novas formas de pensar. Há, neste modelo de vida majoritariamente urbano, evidente padronização de condutas, modas, costumes e tipos de relações sociais, pela ação unificadora de redes planetárias de influência.

Seu processo criativo é anônimo, coletivo e dinâmico. Legitima uma sociedade que, em seus desdobramentos, torna-se de difícil, senão impossível, previsão. Estimula a ignorância sobre o futuro da espécie. Seu estudo tem estimulado vasta bibliografia na tentativa de

compreendê-la. Em função da avalanche desses estudos, qualquer adição pode ter o gosto do cansaço.

Corremos esse risco, porque nos parece imperativo ampliar espaços compreensivos para estimular o debate, principalmente devido ao “véu de Maya”, que, diáfano ou não, encobre sua realidade. Ele se tece devido a seus aspectos positivos. São muitos e evidentes. Obscurecem os negativos. Sob a luz forte do progresso material, não se logra ver o abismo que nos espera adiante. Nem importa a ninguém, envolvido até o pescoço na luta competitiva pela vida, o curso “amok” que estamos a seguir, no embalo de um processo sem face definida.

O que torna ainda mais complicado organizar o processo compreensivo é a apoteose da “especialização” como processo formador do Ser. Legitimado pela força de uma ética esquisita, que se constrói pela aprovação coletiva do jogo articulado de ardis, bajulações e espertezas, para escalar na carreira e na luta competitiva, o indivíduo tem a ilusão de tornar-se o arquiteto de sua vida. Julga construir seu edifício de sucessos ou desastres em função de suas habilidades. Mas o que faz, com seu cinismo prático, é irrigar ainda mais as “águas geladas do cálculo egoísta”, na feliz expressão de Marx.¹

Tirante a redução “burguesa” do autor, cacoete ideológico que Marx carrega com sua vida e sua obra, o sentido crítico da observação pode e deve ser compartilhado pelos intelectuais preocupados com o desenvolvimento da modernidade industrial de massas, independentemente de perspectivas pessoais e ideologias de classe. Isso porque a sociedade industrial, como um todo, impõe uma forma padrão de pensar, avaliar e agir, seja ela “capitalista” ou “socialista”.

Suas necessidades de funcionamento estimulam a produção, o investimento e o emprego, pela aceleração do consumo e pela multi-

plicação dos serviços. Adensa a divisão internacional do trabalho a ponto antes inimaginável. O impressionante aumento do consumo global, induzido pelo igualmente impressionante crescimento do setor de serviços especializados, faz com que nela predomine a “classe média”, sustentáculo de sua ética e berço privilegiado de germinação dos novos quadros dirigentes.

Como consequência inevitável do impulso globalizante, integra a seu circuito de produção e consumo sociedades antes bem diferentes entre si em história e cultura.

O fato de a “modernidade” se haver originado sob forma “capitalista”, para alguns chamada de “burguesa”, não torna a “burguesia” responsável por sua origem. O fenômeno derivou do dinamismo implícito à história da ciência e da técnica, cuja resultante tem sido o incremento demográfico acelerado e a urbanização da vida social.

Na verdade, o início de seus fundamentos históricos pode ser percebido antes de a “burguesia” haver assumido, como classe, papel dominante. E o fez não por tê-la “causado”, mas, sim, por “causa dela”.

Assim como a sequência do processo, cada vez mais rápida, a burguesia não depende do “capitalismo”. Hoje, são tantas as diferenças em relação à fase de seu arranque histórico, que o próprio nome “capitalismo”, que a batizou como sendo seu genitor, vem sendo questionado. Entre outras coisas, pela parte cada vez maior, representada pela ação econômica do Estado e pelo fato de o próprio “capitalismo” não mais se ajustar à forma original de organizar a produção. Na modernidade, o setor político e a economia privada se confundem e se fundem em jogos recíprocos de interesse comum, na produção da riqueza e da ordem social.

Alguns, notando a diferença, denominam o sistema de “capitalismo tardio”, tudo para não escapar da visão original sobre a presença dominante do sistema capitalista. O nome é usado como título do livro de Ernest Mandel, publicado em Londres, em 1978, para definir este sistema híbrido, distinguindo-o do capitalismo liberal, sua origem histórica.²

Caiu no gosto de certa capa intelectual. A moderna escola crítica alemã, herdeira de Horkheimer, Adorno e Marcuse, sob a liderança de Habermas, o utiliza.³

Mandel é um marxista ortodoxo. Para ele, as deformações têm origem no estilo “burguês” de pensar o mundo e nas novas formas de dominação do capitalismo imperialista. Não percebe que, no socialismo industrial da chamada União Soviética, ainda em pleno vigor quando escreveu seu livro, dá-se o mesmo. Nele, víamos a ação dominante da *nomenklatura* esperta e poderosa, de seus ambiciosos gerentes de empresas estatais, sua classe média técnica ansiosa por escalar social e economicamente, em busca de *status*, seu comércio de esquina e seu operariado fabril, preso à rotina das linhas de montagem. Em seu conjunto, mesmo que em outros níveis de produtividade e riqueza acumulada, repetem traços comportamentais e éticos similares. Na visão de um imaginário extraterrestre, São Petersburgo e Moscou seguramente não lhe pareceriam tão diferentes, em termos de trepidação de vida, anonimato de multidões solitárias e fumaceira industrial, de Londres ou Chicago.

Por isso, parece mais prudente entender a “modernidade” como resultante socioeconômica do tipo de sistema produtivo que caracteriza a “Era da Indústria”, não necessariamente as formas assumidas em suas relações de produção e de propriedade, se públicas ou privadas.

A confusão conceitual perturba. Constrói, por exemplo, a perplexidade de Crosland, que já vinha sustentando, desde meio século atrás, estarmos vivendo sob um modelo organizativo de produção e consumo bem diverso do que havia caracterizado a origem do capitalismo, no século XIX. Para ele, a insistência atual no mesmo nome, “capitalismo”, para sistemas econômico-sociais tão diferentes, era simples derivada da falta de opções.⁴

Não parece deslocada a observação. Tanto que outros nomes foram surgindo para destacar a diferença. O que melhor parece haver destacado seu caráter próprio foi o de “capitalismo corporativo”, dado em função do perfil tecnocratizado dominante da propriedade empresarial e de suas inter-relações cada vez mais claras com o poder do Estado.

Sua origem coincide com o início do século XX. Por isso, pode merecer também o nome de “tardio”, já que essa época é, pelo menos, um século além do início visível do capitalismo de mercado, surgindo pela iniciativa privada individual.

Desde os anos 1920 do século passado, a transformação foi percebida. Berle e Means a estudaram a fundo. Pouco adiante, Alfred Chandler avançou com dados e fatos para melhor definir o novo sistema.⁵

Nenhum deles explicou o diferencial criativo do capitalismo pela ação inovadora do “empresário”, vendo-o como sua figura-chave. Ou não se explicaria como foi possível a sociedades que adotaram o socialismo, sistema em que esse “tipo social” não existia, também avançar em sua industrialização, urbanização e comércio interno em escala similar.

Berle e Means e seus seguidores acentuam o aspecto desse novo tipo de grande empresa, seja capitalista ou não. Ela requer, para seu desenvolvimento, a união sincrônica e integrada de saberes técnicos, os

quais extrapolam a capacidade de qualquer indivíduo isolado, por mais genial que ele seja. Além disso, ela mobiliza um volume de capital que está além da capacidade de qualquer investidor individual, tornando a competição entre as empresas uma atividade de risco máximo, o que obriga a formas oligopolistas de conduta.

O processo, envolvendo a venda pública e aberta de ações, além de empréstimos bancários seletivos, ocasiona a diluição da propriedade individual. Por outro lado, favores, contratos com o Estado e dependência de leis e políticas fiscais, cambiais e monetárias têm estimulado a maior presença dos interesses da grande empresa nas decisões do Estado, em todos os contextos políticos.

A complexidade tecnológica dos diversos setores da produção leva a grande empresa, pública ou privada, a ter engenheiros, economistas, contadores, técnicos de vários tipos e, principalmente, os principais administradores, entendidos, agora, como partes componentes da famosa “revolução gerencial”, proposta por James Burnham, na década de 1940, para controlar os destinos da empresa. Quando isso não ocorre, caso de algumas empresas públicas dominadas pelo setor político, estas tornam-se deficitárias.

O fenômeno, no caso da empresa privada, desloca o eventual proprietário original para espaços mais reduzidos, cabendo a grupos de *experts* setoriais o controle ampliado das matrizes estratégicas.

A universalização de padrões e técnicas gerenciais faz com que seja complicado perceber grandes diferenças de valores e propostas de vida entre um executivo chinês ou coreano e um alemão ou americano, entre um bom gerente do setor privado e um competente administrador do setor público.

O grande empresário ainda sobrevive e conta, por certo, e conta bastante. Mas funciona agora muito mais como aglutinador de talentos e capitais, como ativo aproveitador que sabe dar sequência a oportunidades de investimento. A partir daí, vai montando sua empresa e tendo sua influência sobre ela cada vez mais reduzida. Para o passado, recuou a gerência pessoal e exclusiva. O *homo Schumpeteriano* vai sendo reduzido ao espaço reservado para as pequenas e médias empresas. E estas acabam sendo, por necessidade imperiosa, clientes das redes gigantes.

Sublinhemos este dado central: o macrossistema produtivo é dirigido não por proprietários, mesmo que tenham o domínio da maioria das ações, mas por grupos de *experts* em gerências setoriais.

No caso de um proprietário com vocação dominante, com tendência autoritária de comando, o papel a ele reservado é o de supervisão geral e cobrança setorial a distância. Acompanha e cobra soluções para problemas emergentes; é importante como elemento de motivação interna e, devido a sua preocupação com qualquer variação negativa na taxa de lucro, participa da administração em função de destaque.

Claramente, ainda reserva para si a “parte do leão”, em termos de bônus e retiradas mensais, mesmo porque é dono da maioria das ações. É só consultar a lista dos maiores bilionários do mundo para se perceber a realidade de sua presença na vida moderna.

O que desejamos sublinhar não é isso. É o fato novo de, na prática executiva, ser cada vez mais marginal sua área de atuação. Não tem como interferir de modo decisivo nas gerências técnicas do dia a dia, por desconhecer detalhes. Estas vêm ganhando espaços decisórios e se universalizando em um ritmo cuja aceleração é difícil de prever, no que se refere à ocupação dos espaços de poder. Justamente por isso,

muitos desses técnicos e gerentes ingressam, em poucos anos e em número cada vez maior, nas listas dos grandes milionários. Eles têm poder para reservar para si bônus por produtividade, participação nos lucros, prêmios diversos, salários gigantescos e cartões corporativos, nos quais descarregam boa parte de suas despesas pessoais. No fundo, o nível de vida dos proprietários e suas bases de riqueza são, em parte, compartilhados com os de seus gerentes.

A prática oligopolista de acordos intergerenciais, acertos e entendimentos quanto ao início, mais ou menos simultâneo, de certas inovações disponíveis (caso evidente na indústria automobilística e na aeronáutica, mas também em outras) é parte da nova dinâmica para “domar” a fúria competitiva. Tem por objetivo o controle keynesiano das incertezas do mercado e dos riscos de investimentos, agora realizados em escala gigantesca, numa economia em aceleração vertiginosa.⁶

De modo paralelo e como subproduto da “globalização”, vem sendo criado um sistema de clientela que mais se assemelha a um “neofeudalismo industrial”.

No centro do processo, há um novo “senhor feudal”, que é a “grande empresa-mãe”. Compete a ela articular sua rede de compra e venda; enfrentar com competência a luta contra os concorrentes; organizar sua rede de fornecedores e até proteger essa mesma rede ante dificuldades eventuais; firmar o apoio bancário para financiamentos e fluxos de caixa, e garantir o abastecimento ordeiro de produtos complementares, todos sempre obedientes a especificações por ela prefixadas.

O “sol” do sistema, a grande empresa corporativa, ilumina e dá vida a toda uma constelação de pequenos planetas à sua volta. Todo esse “resto” depende dela e dela vive, compartilhando com ela destinos de êxito ou desagregação. Seja privada, seja pública. Quando o “sol” so-

fre algum tipo de dano, caso específico de nossa ex-grande “empresa pública”, a Petrobras, os planetas que giram em sua órbita sofrem perdas, desgarram, desmoronam, quebram.

Trata-se, portanto, de um novo “capitalismo”. Competição existe, por certo. Especialmente entre tecnologias substitutivas, produtos novos que surgem, senão também pelo modo de atuação diferencial, como o uso de *designs* próprios e propaganda dirigida, para influenciar consumidores potenciais. Dessa forma, podemos, como consumidores, preferir o sedã Honda, em vez do Toyota ou do Ford. Mas, no fundo, as razões lógicas da escolha são precárias. Os três e todos os outros da mesma indústria automotiva são similares, senão iguais, nos níveis de conforto, confiabilidade mecânica e absorção da tecnologia disponível. Mudam todos ao mesmo tempo, em função dos acordos existentes de perfil oligopolista.

Diante deste fenômeno, o que passa a ser prioritário, na compreensão dos desdobramentos sociais do processo, é qual seu esquema de valores e motivações predominantes; e que tipo de formação educativa e de relações pessoais ele exige de cada um de nós. Acima de tudo, precisar o tipo humano que vem sendo nele formado, indispensável à padronização de seu funcionamento.

Captar as forças subterrâneas que movem essa filosofia existencial implícita vem causando preocupação a muitos analistas. Acima de tudo, é a ética que domina a formação do Ser nesse tipo de organização da vida social.

O interesse é diversificado. Ultrapassa a psicologia de escolas, como a freudiana e a junguiana, desapontadas com o chamado “mal-estar da modernidade”; vai além de sociólogos e filósofos comprometidos com seu estudo, como o Marx jovem, aqui já mencionado, a reco-

nhecer o caráter movediço e dissolvente de uma realidade social em que “tudo que é sólido se esfuma”; seguem-se críticos como Le Bon, Dilthey, Bergson, Weber, os frankfurtianos, para chegar a William Barret, Maurice Friedman, Karen Horney, Raymond Aron, Daniel Bell e tantos outros, que seria cansativo aqui enumerar. Atinge em cheio a literatura de um Conrad, Gide, Kafka, Musil; induz a ideologia embutida em teatrólogos como Ibsen, Beckett e Brecht, e em artistas como Picasso, Giacometti, além dos expressionistas alemães.

Em suma, a preocupação com a ética dominante faz parte da agenda intelectual moderna. Não poupa nem economistas, cuja preocupação maior é a matematização das curvas de oferta, consumo e rentabilidade marginal do capital. Haja vista a posição do grande economista J. Schumpeter. Notemos sua famosa conferência sobre o tema polêmico “Pode o Capitalismo Sobreviver?”. Nela, Schumpeter coloca a questão de ser relevante analisar “o tipo de pessoa que ele produz”, em massa!⁷

Destaca um fato que acaba não sendo próprio do capitalismo: numa sociedade como esta, o comportamento individual legitimado é orientado por motivações profissionais que se nutrem de ética empirista e materialista, cujo egocentrismo torna-se preocupante, devido suas consequências na prática da vida. Traço que as vai, cada vez mais, afastando da massa orgânica das relações solidárias que antes caracterizavam a vida comunitária do pré-industrialismo.⁸

Desde sua origem, ainda sob a forma capitalista, esse novo sistema produtivo vem introduzindo a ética do político e economicamente mais forte, do mais esperto, do mais sagaz, do mais egoísta. Ética legitimada como a única forma de garantir a escalada social.

Houve reações. Protestos de moralistas, políticos e filósofos. Talvez tenha sido por essas reações que o Estado foi chamado a intervir,

como se viu na ação dos “inspetores de fábrica”, tão citados em *O Capital*, de Marx. Pela inexistência de autocontrole moral coerente, se o Estado, mesmo composto por interesses políticos complacentes, não intervesse, a ordem social estaria ameaçada por uma “mão invisível” inepta. No fundo de tudo, ainda vigorava a chamada “vocação moral” do homem, tão celebrada por filósofos do tipo kantiano.

Talvez devido a este último ponto, ligado à existência desta “vocação”, é possível ver os próprios empresários tentarem soluções eticamente mais adequadas às suas responsabilidades sociais.

Foi deste impulso coletivo que surgiu a nova visão capitalista de Henry Ford. Sua ênfase na solidariedade estrutural existente entre “produção e consumo”, portanto, entre “capital e trabalho”, é consistente com seu apelo pela ordem vigente. O egoísmo exclusivista de qualquer dos dois setores não levaria ao maior bem-estar do grupo, conforme imaginado antes, e, sim, à sua desintegração, por protestos, revoltas, mal-estar, boicote e desempenho desmotivado.

Mais adiante, a voga de tentar a humanização crescente dos núcleos produtivos deu origem ao movimento denominado “relações humanas” nas empresas, originado por Elton Mayo, bem como a todo um imenso conjunto de leis do trabalho, adotado pela maioria, senão pela totalidade dos Estados modernos.

Alterou-se para melhor a forma, a resultante, o relacionamento, o horário de trabalho, os níveis de segurança e de participação na renda gerada. Alterou-se muita coisa. Tudo isso é verdade, podendo ser atribuída à “vocação moral” do homem.

Mas seu objetivo maior ainda vinha marcado por forte teor egoísta. Foi a busca de relativa paz social para que o trabalho pudesse fluir, não necessariamente a reforma da ética dominante.

Gerada pelo sistema, essa ética continuou a avaliar êxitos e fracassos, carreiras e resultantes, estilos de vida, visões de mundo e do próximo pelo maior ou menor êxito *material*.

Hoje, a ideia que fazemos dos outros nos leva a descartar méritos pessoais e qualidades morais. Cada um vive sua vida e se articula com o “outro” em função de seus interesses.

O único critério objetivo a guiar avaliações, tornando “alguém” digno de respeito, é o fato deste “alguém” ter sabido manobrar os fatos da vida para escalar política, social ou economicamente. Não importa como o fez. Importa a resultante final do feito.

Um exemplo é suficiente para fixar o que se pretende destacar. Pode ser multiplicado por milhões. Está diante de nós. Vamos comentá-lo com base num artigo publicado em *O Globo*, de 7 de fevereiro, por Dorrit Harazim.

Jacob Zuma era um menino zulu que passou sua infância pobre cuidando de rebanhos. Não teve educação formal, além de um curso primário mal acabado e mal executado em sua zona rural. Mas soube canalizar seu ressentimento social. Engajou-se politicamente quando chegou à juventude. Entrou para o Partido Comunista. Cultuar a imensa massa pobre poderia ser a base de uma escalada promissora. Sentimentalmente, nada tinha com ela. Ao contrário. O que mais desejava era deixar para trás esse espaço social. Queria ser rico e participar do jogo das elites. Na verdade, tinha asco pela pobreza. Por isso, a obsessão pelo poder e a disciplina que soube manter como funcionário. Chegou a líder de greves e de classes. Foi preso. Passou dez anos na mesma prisão de Nelson Mandela. Ao sair, como voz estridente e obsessiva, ouvida sempre em “defesa dos pobres”, escalou e chegou a presidente da República. Era, afinal, o

objetivo político que sempre desejara. Uma vez logrado, desandou. Revelou-se. Formou seu grupo de apoio. Tornou-se um corrupto tenaz e calculista. “Lambuzou-se” de poder e de riquezas. Hoje, está sob as vistas da Justiça e do olhar decepcionado de seu povo, sendo até provável que não complete o segundo mandato.

Não creio que essa história da vida sul-africana seja incomum. Olhe-mos em torno. Nosso país está cheio delas, formando psicopatas para quem as emoções não contam, a verdade não existe e as evidências mais claras a respeito de suas irresponsabilidades são recebidas de modo neutro, pessoalmente tedioso e carente de qualquer reação emotiva que não seja contra os denunciadores.

Na vida moderna, qualquer cínico que sabe manipular pessoas e situações para enriquecer, mesmo praticando negócios escusos, mas logrando renda para viver em luxo ostensivo, cativa a atenção e o respeito de todos.

Carecem de qualquer visão de “bem comum”. Seu único interesse é sua vida e seu sucesso nela.

São multidões de “Wolf Larsons”.

Sabemos ser “Wolf Larson” o anti-herói da obra de Jack London, *O Lobo do Mar*. A vida em si lhe carecia de sentido. Era uma “bagunça”, em que o forte engole o fraco para continuar vivendo, e isso é tudo.

Se esses tipos, esses “Wolf Larsons” modernos, tivessem condições intelectuais de formular alguma filosofia consistente, seria a de Max Stirner, o conhecido anti-ego de Marx. Para ele, minha vida é uma só. “Eu sou único”, e tudo passa depressa. Que se danem os outros, o único interesse sou eu mesmo.⁹

Nessa linha, percebemos como é relativamente frequente um grande executivo não poupar ninguém: nem “sua” empresa nem o interesse público. Cobram seus bônus contratuais, mesmo em épocas de depressão e crise financeira, como ocorreu nos Estados Unidos e na Europa, durante a dramática e profunda crise iniciada em 2008! Novos milionários surgiram do bojo da miséria coletiva.

Procedimento similar é o dos políticos. Esses tipos modernos desviam recursos da saúde pública, dos hospitais, da merenda escolar, das obras públicas com preços artificialmente majorados, das empresas públicas que eles dirigem com seus correligionários e as dilapidam, até levá-las à falência, desviando para seus bolsos até mesmo os recursos oferecidos para ajuda humanitária contra catástrofes naturais que desabrigam milhares de famílias. Tudo é aproveitado “espertamente” para o aumento de seu patrimônio pessoal e familiar. Ou estimulam guerras genocidas para receber percentagens imensas das vendas de empresas “amigas”, geralmente para os dois lados do conflito. Realmente, trata-se de algo assustador.

Mais assustador ainda é ver a defesa pública dessa gente, não só por advogados ricos e de nome feito, que normalmente podiam dispensar causas como essas, senão também por profissionais liberais, artistas e compositores, intelectuais, todos eles indiferentes a essas evidências de desastre ético. Não é com eles. Eles têm suas vidas para viver, sabem desfrutá-las, e, em muitos casos, a proximidade com o poder, corrupto ou não, lhes faz bem. Por sua exemplaridade social, ajudam a criar desvios de conduta em massa, a serem seguidos como exemplo de sucesso.

II

O dinamismo e a vigorosa trepidação do sistema sugerem que vivemos numa “Era de Mudança”, portanto uma “era” ainda em busca de sua própria estabilização moral, emocional e econômica.

Em outras palavras, tenhamos paciência! O crescimento da riqueza e do conforto levará a uma nova forma de estabilização social.

Incorreto. “Mudança”, jamais “estagnação”, caracteriza a marcha pelo tempo de qualquer sociedade.

Contemplando a vida moderna sob a perspectiva do arqueólogo, com sua teimosa “lanterna de popa”, vamos encontrar o pulsar da vida como fenômeno sujeito a imprevistos múltiplos, forçando a espécie a inovações tecnológicas cumulativas, densas e decisivas. É nessa forma de ser “histórica” que se constrói a linha evolutiva da humanidade, das cavernas fechadas às megalópoles abertas atuais. Transformar-se, agregar conhecimentos, melhorar os meios que lhe garantem a sobrevivência, em sua escalada técnica, é o que caracteriza o “processo civilizatório”.

Acidentes imprevistos, peste ou guerra, uso cumulativo de inventos anteriores e migrações forçadas têm, ao longo do tempo, obrigado a humanidade a alterar modos de vida, na dinâmica das miscigenações e na imposição de novas técnicas necessárias para garantir a sobrevivência, quando, de modo inesperado, se inicia, por exemplo, uma nova Era Glacial.

“Mudança”, portanto, não é a marca do mundo moderno globalizado. É a marca da História.¹⁰ O texto da vida surge escrito pelas mãos do imprevisto. Somos forçados a aceitar a “dialética do irracionalismo” como a síndrome da dinâmica social.¹¹

Mesmo as sociedades mais simples, digamos, as tribais, que os primeiros portugueses encontraram por aqui, não surgiram de repente com a forma e a estrutura social, os valores e o idioma comunicativo com os quais foram encontradas por eles. Todas tiveram milhares de anos de desenvolvimento para chegarem ao ponto em que João Ramalho as encontrou, e Gabriel Soares de Souza as descreveu. Todas manejavam instrumentos e adotavam técnicas de sobrevivência que não conceberam. Foram larga e lentamente assimiladas por difusão cultural e desenvolvidas no desdobramento de gerações, marcando a forma diferencial de cada uma, forçando transformações adaptativas.

O que ocorre, no caso atual, é a sublimação dessa verdade antiga. Sua complexidade crescente, incorporada pela difusão cultural, fez o moderno Ocidente assumir o fenômeno que pode ser chamado de “aceleração da História”.

Esta, sim, é exclusividade nossa. O que antes podia ser reconhecido como ocorrência secular, hoje se precipita e se plasma objetivamente em não mais que alguns meses.

Sua resultante é clara e não se deve a nenhuma ação da “burguesia”. Afeta nossas formas de ser e nossa ética de sustentação, devido ao caráter vaporoso e transitório de suas impossíveis fixações no ordenamento das coisas da vida.

Destarte, o que nos caracteriza não é, de modo algum, ser uma “Era de Mudança”, falsamente promovida pela ação dos burgueses. O que nos caracteriza é a “rapidez das mudanças”, que beneficiou esses mesmos burgueses.

III

Pouco antes, fiz menção ao “processo civilizatório”. É conceito negado por muitos, já que se confunde, de certa forma, com a ultrapassada “ideologia do progresso”, proposta por Condorcet.¹² No entanto, mesmo negando sua verdade como absoluta, não é possível desconhecer o fato. Não é só seu aspecto material. Desde a obra de Brunschwig que não mais se discute ter havido, ao longo do tempo e de forma diacrônica, avanços na sofisticação da consciência do Ser e do Mundo.¹³

A verdade é que o “processo civilizatório” vem atingindo o homem como um todo e ganhando velocidade a cada século, tornando-se, no mundo moderno, uma espécie de nave fora de controle a navegar loucamente pelo espaço da vida.

Justamente por isso, intelectuais do porte de Norbert Elias procuram defini-lo.¹⁴ E Alfred Weber, o irmão mais novo de Max Weber, tenta identificar a sua essência.¹⁵ Em ambos, torna-se clara a razão de merecer este processo o nome de “civilizatório”. Nele, incorporam-se melhorias objetivadas, que acabam por se constituir em novas formas de ser. Inclusive, o que pode parecer paradoxal, certas melhorias evidentes na definição da ética moderna.

Por exemplo, não se admite mais comer com os dedos sujos da mesma mão que limpa necessidades fisiológicas; não mais se aceita, nem mesmo como cogitação penal, a morte a fogo por crenças diversas das nossas; tampouco aceita-se transformar a morte em espetáculo público, como as lutas de gladiadores entre os etruscos e os romanos, ou como o corte das cabeças da nobreza pela guilhotina de Paris, para divertir plateias deliciadas, entre risos e aplausos. Até mesmo em relação aos animais, o encarceramento em jaulas estreitas em zoológicos foi banido, há muitas décadas, das práticas de trato

vigentes nas sociedades mais modernas. Assim como não mais se admitem segregações e preconceitos com base no conceito elusivo e confuso de “raça”.

Alterou-se a sensibilidade. Mudou a relação com a vida e a noção de conforto.

Portanto, é verdade honesta observar o incremento óbvio no nível “civilizatório”. Ele se traduz numa corrente comum, difundida de cultura para cultura. Por isso, o perfil desse processo é sua “universalidade”, não só nas relações de uma economia articulada em suas necessidades recíprocas, senão também em termos de valores de sustentação, pelo apoio de suas partes morais, integradas por novas visões de mundo e conceitos de vida.

Devido à sua vertiginosa aceleração e à amplitude de seu alcance na modificação dos hábitos, costumes, das modas e dos padrões de consumo, produziu relativo nivelamento nas formas de ser social. O fato, hoje, forma a entretela de uma consciência de mundo que unifica o mundo da consciência.

Filosoficamente, trata-se de seguirmos todos, na “nave Terra”, um destino compartilhado. Destino que resiste a previsões. Keynes já dizia, meio ceticamente, ao elaborar o seu conceito de “propensão individual a consumir”, que a economia era vítima do jogo cultural e dos acasos não racionais. O economista poderia ser vitimado por suas próprias previsões. Não são poucos os economistas que a entendem como “ciência sombria” (*dismal science*). Ocorre não ser este um privilégio negativo da economia. Pelas induções da física quântica, da análise dos “fractais” e da biologia genética, vivemos em pleno império do acaso.

Podemos alargar o conceito: como a modernidade vem se tornando um cemitério de certezas sobre o sentido da racionalidade humana, ignoramos o que o processo civilizatório vem impondo à espécie. Daí a força dos críticos do “progresso”, o desalento dos “ecologistas”, o rancor dos “profetas da crise”, os da sociologia do “desencanto”, os dominados pela impressão do absurdo que vão construindo a mais poderosa literatura da época, a boa receptividade da filosofia de Nietzsche e dos filósofos da existência, os céticos de todos os matizes, bem como as explosões anárquicas dos jovens tatuados, fumadores de maconha e praticantes da “contracultura”.

Imperativo reconhecer que o suposto paradoxo dos aspectos positivos da ética moderna, aqui já referidos, não resiste à verdade de estarmos construindo perfis negativos de relacionamento humano nem à sustentação egocêntrica predominante numa sociedade povoada por bilhões de seres humanos. Em sua dinâmica desastrosa, esse tipo de sociedade torna-se uma ameaça ao equilíbrio do futuro.

IV

Este é o ponto a ser considerado nas reflexões sobre a ética moderna. Mesmo sublinhando o lado positivo que forma o eixo do processo civilizatório, não se pode negar o traço negativo de uma estrutura normativa que nos ameaça com a desintegração do equilíbrio necessário.

Seu novo jogo de valores não deriva apenas dos modelos econômicos. A origem esconde outras realidades objetivas. Entre elas, o fato de hoje sermos uma sociedade demograficamente densa, com inevitável massa de anônimos, com os quais esbarramos nas esquinas da vida, como se esbarra num poste. Nem mesmo olhamos para trás, pois

são todos “coisas” para nós. “Coisas” que andam e falam, mas cujos problemas e sentires não nos interessam em nada.

Devido ao poder técnico e ao alcance instantâneo dos novos meios de comunicação, os surtos de anestesia moral e indiferença coletiva, ante os problemas alheios e a miséria das massas pobres, tornam-se fatores que influem negativamente na formação de um tecido social que não parece estar resistindo bem a esse tipo de situação.

Pode-se dizer que sua visibilidade social torna fenômenos desse tipo diferentes, em seu alcance psicológico, de surtos similares de descaso e desamor. Afinal, eles sempre existiram. Sabemos como as elites de esplendor reagiram, por milênios sem conta, diante da pobreza das massas. Seu desprezo insolente era parte de todas as nobrezas, isoladas em seu egoísmo de classe. Mas esta prepotência egoísta não atingia nem deformava, seja pela distância social existente, seja pelo fatalismo religioso que ajudava o povo a aceitar seu destino, a psicologia coletiva da imensa massa comunitária rural, que seguia vivendo a alegria triste de suas vidas, sempre em grupo de amigos, como nos revela o gênio de Brueghel, na tela famosa “Casamento na Roça”. Não sabemos como, para eles, era possível dançar e divertir-se! Mas dançavam e divertiam-se, mesmo com Brueghel evitando fazê-los rir.

O atual desinteresse em relação à sorte alheia torna-se fenômeno de outro tipo, porque nossa sociedade, ao contrário das pré-industriais, atinge níveis jamais vistos de comunicabilidade instantânea. Ela estimula a mobilidade social e, principalmente, ao segregar, de fato, analfabetos, favelados, caipiras e marginais, vai, ao mesmo tempo, acumulando um volume de riqueza coletiva, da classe média para cima, que torna a miséria humana de base um escândalo social preocupante.

É este o perfil que se desenha ao projetarmos a visão sociológica da equação social “moderna”. É o tema que nos vai interessar. Acima de tudo, porque ainda resta uma fímbria de confiança na pedagogia das correções. Ela ainda pode funcionar. Até por egoísmo. Mas, acima de tudo, pelo fato de não mais haver opções de resgate cultural. Ou acertamos o passo ou nos perdemos nos “caminhos da floresta”, como prevê a filosofia de Heidegger.¹⁶

Isso porque, no passado, a “globalização” era restrita a certas redes de comércio e absorção cultural de alguns inventos. Desde o Neolítico, pela via da difusão cultural, inventos foram sendo incorporados ao processo civilizatório. Foi o que se deu com o arco e a flecha, a roda, a cerâmica e a metalurgia. Em pouco tempo, desde sua origem, expandiram-se por todos os povos conhecidos.

A globalização, hoje, tem aspectos bem mais amplos. Envolve a todos nós, não apenas no uso de instrumentos e técnicas úteis, senão também na unificação de valores e visões de mundo, o que não ocorria antes. No passado arcaico, cada sociedade podia usar a roda, o arco e a flecha e alguns metais, como arma de ataque e defesa, mas mantinham sua identidade cultural própria, seus deuses, costumes e modos de ser. Esta precariedade do processo globalizante arcaico dissolveu-se na instantaneidade comunicativa moderna.

Foi o talento da historiografia de Arnold Toynbee que veio nos dar a base teórica da diferença. Antes, havia reservas culturais a serem mobilizadas. A possibilidade de ascensão de nova cultura a carregar, como numa espécie de revezamento olímpico, a tocha da arrancada civilizatória sempre foi um fato característico da chamada “História Universal”.¹⁷

Hoje, devido à intensidade e à estruturação mundial da “globalização”, tanto da economia quanto dos valores e costumes, não se pode mais confiar na existência de reservas culturais. Elas se foram esgotando. Em caso de aprofundamento irreversível da crise, o resgate do processo civilizatório por outra cultura não existe mais. Ou construímos marcha “civilizatória” comum, ou naufragaremos no “Armagedom” final. Desapareceram as “arcas de Noé”.

O fato gera desânimos contundentes em relação às conquistas das “Luzes”, da chamada “razão humana”, agora acusada de inepta.

Não se pode confiar a esse tipo de racionalidade ideológica, em sua configuração orientada para o aperfeiçoamento de “meios”, como observou Max Weber, a responsabilidade moral de conduzir algo que mereça a adjetivação de “civilizado” e pelo qual valha a pena lutar.

O fato dificulta o consenso crítico. Muitos, talvez a maioria, anestesados pelas benesses do consumo e pela desconstrução do saber compreensivo, carecem de competência intelectual para dominar a confusão das coisas e realizar uma análise neutra do que nos acontece.

Vimos aqui, pouco antes: o lado positivo obscurece e até nega o negativo. Justamente por este ardil das circunstâncias, torna-se importante a análise da ética moderna.

Culpar o “capitalismo” é impreciso. No fundo, o “capitalismo” sempre foi um sistema de organizar a produção social por meio da iniciativa privada e com fins pessoais de lucro. Sua existência é coetânea dos primeiros impérios mercantis.

Tornou-se envolvente, impondo seus valores ao restante da sociedade, quando se tornou industrial. Mas isso não se deveu à dinâmica interna

do sistema, ou teria acontecido desde muito antes, pelo menos desde que os fenícios construíram, pelo comércio e seus lucros, o apogeu de Cartago. Foi seu caráter “industrial”, absorvendo e dando nova utilidade à tecnologia disponível, a partir de fins do século XVIII, que o transformou em modelo hegemônico de organização social. Por isso, merece ser considerado influente, mesmo passando por contradições e ambivalências, como defende Daniel Bell.¹⁸

V

Por quais linhas mestras será possível afirmar que sua ética original acabou se impondo como forma de organizar o comportamento coletivo, base da sustentação social?

Avançemos com cautela. As simplificações são comuns e abundantes, começando pela já apontada confusão entre “capitalismo” e “industrialismo”, o que impede perceber as similitudes comportamentais.

Já ilustramos o tema. Para alguém neutro em sua proposta de estudo, não parece haver grande diferença entre a atividade fabril e gerencial de operários e executivos de uma siderúrgica montada e gerida por capitais privados e a de outra socialista, montada e gerida por representantes do Estado.

Da mesma forma, há desvios lamentáveis ao se identificar os atores sociais estratégicos responsáveis pela inovação industrial, como o fez Marx, culpando a “burguesia”. A ela devemos o capitalismo e a ética moderna.

Será isso mesmo? Por que não pensar um pouco mais sobre essas “verdades”?

No fundo, sabemos não haver sido assim. Ao contrário das loas que Marx tece à burguesia, no seu conhecido *Manifesto Comunista*, e do embevecimento de autores clássicos, como Charles Morazé, em seu conhecido *Os Burgueses à Conquista do Mundo*, pouco se deve, no tocante à nova forma de criar e gerenciar o processo produtivo, à ação exclusiva desta, ou de qualquer outra classe social.

Tudo surgiu da dinâmica impessoal do trabalho coletivo implícito nas engrenagens sociais do “processo civilizatório”. Por curiosa ironia da História, talvez deva menos à ação criativa dos chamados “burgueses”, este anti-herói paradigmático de Marx, do que aos representantes de outras classes sociais. Caso dos “intelectuais”, entendidos como os letrados da classe média, não os pertencentes à aristocracia, os artesãos isolados ou, em grupos especializados, os artífices de artes criativas, os engenheiros e arquitetos.

Os “burgueses”, assim chamados a partir da Idade Média, por habitarem os “burgos” livres, e não as terras e os castelos da nobreza hereditária e pedante, sempre foram tipos intelectualmente toscos, metidos em aventuras especulativas, curtos e broncos, empenhados em ações mercantis e trabalhos artesanais, para atender a necessidades emergentes. Assim ganhavam a vida e assim serviam às necessidades de guerra e de luxo das cortes e dos nobres. Para tanto, tinham de poupar parte de seus ganhos para futuros investimentos, participando da riqueza coletiva de modo sóbrio.

Riqueza sempre houve. Sua acumulação foi a base de poder e ostentação dos Grandes Impérios e das Casas Nobres, da pompa babilônica da glória do Egito, dos abusos de Roma. Ricos eram até mesmo alguns mercadores, que, a despeito de sua vocação para a poupança, lograram acumular fortunas no comércio dos bens. Haja vista a classe dominante de Cartago.

Essa riqueza sempre foi desigualmente distribuída, cabendo a maior parte não necessariamente aos mercadores, mas à nobreza da terra e do culto. Também é verídico indicar não haver sido iniciativa original dos mercadores, mais tarde “burgueses”. Este grupo social não foi relevante para o avanço do progresso técnico. Eles não tinham nem tempo nem condições culturais para estudos das leis mecânicas. Tampouco estavam empenhados, como os artesãos, em elaborar instrumentos e melhorar processos e práticas produtivas.

O fenômeno inovador decisivo para o processo civilizatório sempre foi restrito, desde a Suméria, aos praticantes da ciência, tipos “classe média”, como intelectuais, monges, professores, que, pouco a pouco, foram acumulando conhecimentos e repassando seus inventos e descobertas, como inovações aproveitadas pelo trabalho prático. Por outro lado, os artesãos, metidos em suas áreas de especialização funcional, foram responsáveis por numerosos inventos. Estes mesmos artesãos, sempre aplicados na melhoria de seus ofícios e sempre voltados para a venda de seus produtos, inovavam, tentavam novas soluções e combinações, das quais resultaram outros tantos produtos e técnicas novas. Nada a ver com os mercadores.

Das classes de artífices, alquimistas, engenheiros, cientistas e filósofos dedicados à pesquisa e à inovação, devemos, em todas as culturas, mais ainda na dinâmica cultural do Ocidente, as conquistas teóricas e práticas das quais se aproveitaram os chamados “burgueses”, em seu processo de compra e revenda de produtos que surgiam da maior produtividade da terra ou de trabalhos artesanais.

Muitos se transformaram em “capitalistas”, se pudermos usar a palavra em sentido estrito, porque financiavam mercadores e artesãos, fato comum entre os fenícios, os assírios e os romanos. Formaram o

embrião dos primeiros “bancos” privados, financiando mercadores em suas aventuras comerciais, ou equipando as suas próprias. Daí o costume de poupar recursos, ou formar “capitais”, para fins de investimento. Essa gente não vivia de rendas nem de ofícios especializados. Não eram ferreiros, ourives, pedreiros, carpinteiros nem artesãos de roupas, metais e objetos. Tampouco viviam da arte da guerra e dos ofícios dos templos, cujos protagonistas obtinham seus recursos pela sucção da riqueza alheia, via tributos e imposições organizadas pelo Estado.

Eles eram um grupo profissional distinto. Atendiam a necessidades emergentes de complementação de produtos. Cumpriam, portanto, função social que demandava tempo e ousadia. Ganhavam sua vida pelo “negócio” das trocas internas e externas, já que nenhuma sociedade podia ser autossuficiente. Se não acumulassem “capital”, não tinham como financiar seu trabalho mercantil. Sabemos que sempre foi alto o custo de montagem e conservação de uma frota comercial, bem como o de equipar de bens uma caravana cujo objetivo era cruzar territórios mal conhecidos, sujeitos a ataques de bandoleiros, para vender e comprar coisas distantes, viajando em lombo de camelos e em carros de boi.

Como não inovavam em nada, sabiam pelo menos aproveitar-se dos que se dedicavam a essas práticas, aproveitando o resultado para melhorar e ampliar o alcance de seu trabalho.

Notemos. Por terem acumulado “capital”, em vez de desfrutar sua riqueza para viver em luxo e ociosidade, sabiam aproveitar as oportunidades que surgiam graças às novas tecnologias vantajosamente aproveitadas. Neles se impunha a ética da poupança. Por isso, a Igreja os chamava “usurários”, e os nobres os desprezavam.

Mas não inovavam em termos concretos. O saber específico para isso estava com os cientistas, os filósofos da natureza, os monges pesquisadores dos conventos, os profissionais especializados em artes e ofícios. Os mestres artesãos, os artífices competentes, donos de técnicas especiais, sempre aprimoradas, nada tinham a ver com os mercadores aos quais simplesmente vendiam seus produtos para viver. Sistema secular de divisão do trabalho social.

Portanto, não foram os “burgueses mercantis” as alavancas do processo de transformação, que fechou seu ciclo inventivo com a inauguração da era da máquina movida à energia mecânica, passando a dispensar a força física humana ou animal como forma de tração. É só examinar a biografia dos primeiros inventores para ver como os burgueses estavam longe deles.

O que fizeram foi algo diferente. Por serem donos de capitais e treinados culturalmente para viver do “negócio” e não do “ócio”, souberam aproveitar as novas oportunidades para investir seus capitais nesses métodos produtivos que iam surgindo do *esforço criativo albeio*. Foram bem-vindas, bem assimiladas e, logo, aproveitadas para expandir suas margens de lucro.

Consultemos autores como J. D. Bernal, Karl Polanyi e T. S. Ashton.¹⁹ Todos eles exploram esse ângulo da equação. Fornecem dados sobre a biografia dos responsáveis pelo relógio mecânico, a máquina a vapor e a ferrovia, estes ícones do processo industrial, chegando até a identificar aristocratas entre os primeiros capitalistas do século XVIII. O duque de Bridgewater, por exemplo, foi apenas um deles. Ligou a Inglaterra de canais e os explorou, ganhando fortunas bem maiores do que as obtidas com a exploração semifeudal de suas terras.

O mínimo que se pode dizer, portanto, em relação à origem do capitalismo moderno, é haver sido o novo sistema econômico dependente de origens complexas, não se devendo a nenhuma classe em si sua origem no século XVIII.

Inclusive, parece acertado perceber como, na verdade, alguns setores da sociedade ocidental, ainda em plena “Idade Média”, já se dedicavam ao aproveitamento social e econômico de inovações científicas incorporadas ao “processo civilizatório”. Muitos deles eram aristocratas donos de terra, outros artífices habilidosos, muitos pertencentes à clausura das ordens religiosas. Todos bem atuantes no aproveitamento social das inovações.²⁰

No caso do capitalismo industrial, cuja forma foi sendo modelada pela cultura do Ocidente, deu-se algo de específico, devido ao nível mais avançado da ciência e da tecnologia. Combinado com uma de suas consequências, o crescimento urbano e demográfico do século atraiu massas humanas dos campos em crise. As massas tentavam escapar da miséria e do isolamento rural, devido a uma das consequências do novo modelo produtivo, a indústria têxtil. Isso levou, na Inglaterra, ao fechamento dos campos, antes de acesso comum, agora fechado por cercas, para uso privilegiado de seus donos, dedicados à criação de carneiros e produção da lã, matéria-prima essencial da nova indústria. Eram aristocratas ansiosos pela acumulação capitalista. Forçaram a migração dos excedentes rurais para esse novo mercado de trabalho urbano e, portanto, assalariado. Braços oferecidos a preço da mera subsistência, para mover as máquinas originais, em trabalhos de risco e sob condições miseráveis. Dependiam do salário para viver, já que, nas ruas e nos becos das cidades, não se podia cultivar terra inexistente nem havia espaço para criação de porcos e galinhas.

Ou salário ou fome. Essa era a opção de que se valeu o capitalismo “liberal” primitivo para gerar altas taxas de lucro e ascensão social dos seus agentes, por controlarem, agora, os mecanismos estratégicos da produção de riquezas.

Todo esse novo mundo emerge rapidamente da base mercantil. As filosofias pragmáticas de ação social e modelos comportamentais, eticamente indiferentes à sorte do Todo, tiveram origem nesse novo processo de se ordenarem as relações sociais. Como são modelos que se apoiam nas ações competitivas individuais, sua racionalidade nada tinha de “social” e, sim, de meramente “instrumental”, como bem define Max Weber. Cada um estava realmente preocupado em usar melhorias que lhes dessem vantagem no mercado. Um tipo de racionalidade que, como vimos anteriormente, orientada pelo aperfeiçoamento dos meios, ou das “partes”, consolidava em si o “esquecimento do Todo”.

Tornava-se imperativa, pela lógica da competição, a especialização crescente. A divisão social do trabalho se fragmentava, produzindo o que Marx veio a chamar de “fetichismo da mercadoria”, no sentido de que os agentes perdiam a consciência de que o produto final da cadeia de produção dependia do trabalho coletivo que a gerava. Viam esse produto como tendo vida própria.

O sistema carecia de ética humanista. Pode ser a melhoria do torpedo que afunda o navio mercante carregado de alimentos ou medicamentos. Não importa. O que importa é baratear e aumentar a eficiência do torpedo, para melhor receptividade do produto no mercado. Esse é o interesse de quem o produz.

O que passa a preocupar a muitos é o tipo de homem necessário para fazer esse conjunto funcionar da forma como vem funcionando, entre crises e sustos, arrancadas e sustentações.

Socializando prejuízos e privatizando lucros, agindo com liberdade para produzir o que parece necessário ao mercado, não só danificam as partes das quais todos dependemos e os bens da natureza que a ninguém pertence, como também consolidam a desigualdade da renda gerada e os riscos dos distúrbios sociais.

A lógica do argumento justificador nos faz refêns de um dinamismo movido por forças anônimas. Sua validade é reconhecer, por coerência elementar, ser o processo de melhoria dos padrões de vida uma resultante imperativa do desenvolvimento das inversões e das inovações. Na tautologia clássica, comentada por Keynes, é o “investimento que garante o emprego”,²¹

Se a vida moderna depende desse fluxo constante de novos investimentos, não há como impedir o sistema, seja capitalista de propriedade privada, seja socialista de propriedade pública, de seguir em sua marcha para diante. A necessidade de conforto, segurança, melhor saúde, diversidade de consumo, diversão de massa e aumento crescente da renda e do emprego torna o sistema autopropulsionado.

Obviamente, não o faz subproduto de nenhum plano demoníaco, nem mesmo do jogo de vontades dominantes. É um poder impossível de ser contido. Quando as crises o retardam, ou mesmo o estabilizam no mesmo nível de ganhos, o pânico é a resposta.

Subitamente, todos se esquecem de suas origens burguesas, apoiadas nas virtudes do “mercado livre”, e correm em busca de soluções de

intervencionismo estatal, como foi o caso da recente crise. No fundo, os bancos eram *too big to fall*, e os executivos *too big to jail*.

Por isso, a crise de gerência irresponsável é paga por quem nada tem a ver com essa irresponsabilidade, criando-se um espaço de privilégio que nega qualquer esforço de igualdade social e política, em função da inevitável desigualdade econômica.

Segue sendo imperativa a atenção a ser dada a quem domina o poder de investir. Acima de tudo, interessa ao estudioso do processo a mudança que ele, automática e anonimamente, impõe na ética social.

Como nos dizem estudiosos como McLuhan, Braudel e Immanuel Wallerstein, a sociedade de consumo vem ampliando seu alcance por meio de um esquema comunicativo que se articula em rede, unindo cada vez mais, num sistema globalizado de comunicações, hoje, instantâneas e de propaganda sistematizada, as formas de produção padronizadas e o volume crescente do consumo de massa.²³

Um novo modo de vida dá origem a uma nova ética, da qual vai depender o funcionamento ordenado do Todo.

Ela se impõe, porque, sem expectativas legitimadas de comportamento, o tecido social pode romper-se. Em nosso caso, devido à fluidez da sedimentação social, atingida por mudanças em sucessão dinâmica, evidencia-se um fenômeno *sui generis*, que é o da “relativização” dessa ética. Sua consistência uniforme dissolve-se no espaço ampliado das inovações em cascata, dos interesses de classe, dos pontos que poderiam fixar certos padrões absolutos, indispensáveis ao entendimento regulado por uma ética necessariamente comum.

O fato decorre de haver, no desenho de nosso cotidiano, ao contrário das sociedades pré-industriais, um diagrama enlouquecido de imprevistos. A síndrome do Vale do Silício representa uma realidade moderna que nos abre estranha “caixa de Pandora”, a cada grande inovação proposta. Ignoramos o que vai sair lá de dentro.

Cabe a indagação de como uma ética, necessariamente consensual e unificada, para ser eficaz, pode encaixar-se nesse imenso drama de transformações inesperadas, ações imprevistas e inconsequentes, a romper o precário equilíbrio relativo do mercado pelo lado da oferta, e não pelo da demanda. O fenômeno vem gerando novas especialidades em circunstâncias não susceptíveis de qualquer previsão. Elas se multiplicam de modo imperativo, por necessidade estrutural, fragmentando o conjunto, tornando inacessível a visão histórica do Todo, isolando o indivíduo em túneis, cada vez mais profundos, num mercado de trabalho que exige sempre mais e mais profundas especializações.

Em suas relações sociais, a tendência crescente é a “coisificação” do próximo, é a ausência de qualquer empatia humana, por não ser mais necessário o cultivo de tal sentimento num mundo de mudanças frequentes no próprio cenário do trabalho.

Liberado o indivíduo dos antigos controles, como se formam os novos, que só duram enquanto valem, num mundo crescentemente utilitário?

A ética que se relativiza perde seu poder de comando subjetivo. As consequências estão à vista nos comportamentos condenados, mas insistentes, como o aumento e a brutalidade dos crimes, tanto pessoais quanto os organizados por grupos “mafiosos”, incluindo-se neles o tráfico de escravas brancas para sustentar os bordéis do mundo, o comércio e o consumo crescentes de drogas e estupefacientes, a ação

desumana dos interesses ligados à produção de armas e de guerras, e o aumento irresponsável da corrupção dos poderes públicos.

Sinal evidente que a esta ética relativizada falta o elo da necessidade social, não só como reguladora das expectativas legitimadas de comportamento, senão também, e principalmente, como força social de contenção do egoísmo do mais forte, dando um mínimo de previsibilidade ao ritmo da vida coletiva.

A resultante pode ser uma crise de segurança coletiva, imobilização de qualquer avanço no processo de redistribuição da renda, bem como no ritmo das tentativas de dar um mínimo de ordem nas relações dos desejos infinitos ante uma natureza finita, atingida pela explosão demográfica, que vai produzindo uma população global de cerca de 7,5 bilhões de seres humanos. O que nos espera, dentro de um tempo historicamente curto, como cerca de cinquenta anos adiante?

Melhor nem pensar. Como venho insistindo para ouvidos surdos, não estamos em nenhuma “pós-modernidade” e, sim, no início de um processo, cujo desenrolar tumultuado não se consegue prever. Estamos em pleno “ainda”.²³

Tendo, portanto, um tipo elusivo de ética como a âncora da utopia tecnocrática, o que se pode entender por essa deformação?

VII

O que é, afinal, “ética” e qual sua importância como garantia do futuro?

A ética pode ser definida de modo sintético. Trata-se da resposta espiritual encontrada pela humanidade à necessidade de se organizar a

vida coletiva, escapando da situação de caos imaginada por Hobbes, em que o “homem seria o lobo do homem”.

“Ética” tem sua origem no grego *ethos*, que significa “estilos ou formas de Ser”. Não há estilo de ser devidamente fixado socialmente, quando as relações entre os indivíduos e os níveis de acasalamento são definidos pelo espectro da violência predatória, campo do egoísmo como privilégio do macho mais forte, mais jovem e mais cruel.²⁴ O pensador inglês usou como modelo um tipo de sociedade imaginária, para mostrar não ser este tipo “sociedade”. Nela, haveria uma guerra constante de todos contra todos, com destruição sistemática, até não restar ninguém.

No caso do mundo moderno, sem ética coerente, adequada e legitimada, devido à imensa capacidade de concentrar poder no Estado ou na tecnocracia dominante, haveria o risco de um retorno às condições apocalípticas da visão hobbesiana da vida.

Imperativo consolidar formas demarcadoras de limites, definir o “Ser social”. Fixar normas para um equilíbrio viável, capaz de reduzir ou, idealmente, eliminar os imensos bolsões de miséria, ainda existentes, num mundo cuja riqueza coletiva atinge cifras de desvario, algo como duas centenas de trilhões de dólares.

Em *O Globo*, de 21 de junho de 2012, já se havia constatado terem os bilionários brasileiros, que, afinal, não são grande coisa em comparação com os europeus, os xequês do petróleo e os norte-americanos, uma fortuna de 512 bilhões de dólares em paraísos fiscais. Hoje, depois de quatro anos a mais de assalto sistemático aos cofres públicos, na banalização de processos de corrupção envolvendo o setor político do Brasil, em acordos proveitosos com o setor privado, pode-se aumentar, sem qualquer margem de erro, essa estimativa.

A ética não é, portanto, especulação filosófica de ociosos. É a resultante do processo elementar e multimilenar das sociedades humanas de buscar formas de equilíbrio e de ordem social, capazes de regular as necessidades elementares de sobrevivência.

Notemos, não se trata de nenhum “contrato” social! Nunca houve nem poderia haver tal fenômeno num arcano feito de rudezas e mentes primitivas. Esse conceito é ou figura de retórica, ou derivado de um imaginário de época, anterior ao desenvolvimento da antropologia cultural. Não havia níveis de racionalidade para tanto entre as hordas do Paleolítico nem nas primeiras sociedades do Neolítico. E, em todas elas, havia a ética reguladora dos costumes perpetuados pelo ensinamento dos mais velhos e dos xamãs reverenciados.

O que, certamente, houve foi o reconhecimento espontâneo de que saberes transmitidos de geração a geração, unificando expectativas de comportamento, são indispensáveis para a melhoria dos instrumentos de defesa e ataque, além de ser a proteção necessária para o acasalamento e a integração social da nova geração. É uma forma de garantir a sobrevivência de um animal que necessita de apoio e proteção, pelo menos nos primeiros dez anos. A vida do homem é formada e estimulada em função das debilidades estruturais da espécie, porque o homem, mais que qualquer outro ser vivo, depende do social.

Disso deriva o que os romanos vieram a denominar “moral”, palavra que vem do latim *mores* ou “costumes”, para definir o que, no arcano da vida coletiva, veio formando padrões de conduta aceitos e transmitidos, pela linguagem, na formação de cada infante. A “moral” seria, portanto, a forma “individualizada” através da qual os princípios reguladores da ética se tornam operativos.

Vejamos um dado ilustrativo do diferencial entre o geral, a ética e o particular, a moral.

Recentemente, os jornais do dia 5 de fevereiro deste ano publicaram um debate meio azedo, no qual um dos lados da equação política brasileira afirmava que o partido governista não “tinha moral para falar de ética”. Ou seja, seus agentes individuais, pelo nível assustador da corrupção praticada ao longo de dez ou doze anos de governo, revelavam ausência completa de moral, sendo suas condutas e desculpas justificativas, dadas à imprensa, verdadeiros exemplos de cinismo, bastante constrangedor aos homens “normais”, revelando carência de qualquer esforço regulador da conduta. Se não havia restrição subjetiva, de ordem moral, sentindo-se realizados e até “guerreiros do povo brasileiro”, por desviar recursos públicos para seus bolsos privados, é porque não havia nenhuma “ética” reguladora à qual deveriam obedecer em suas reações pessoais.

Por isso, não teriam “moral para falar de ética”.

O objetivo básico da norma ética é dar coerência ao comportamento coletivo. Ajustes de ordem “moral” seriam sua decorrência, sempre sujeita a variações de cultura para cultura e de classe social para classe social. Pelas práticas morais, a ética do grupo assume caráter forçado, tornando-se, por exemplo, a “ética” da Máfia, da Inquisição, do nazismo, do Estado Islâmico, da Igreja Católica, do Estado liberal democrático, todas elas obedientes ao referencial dos valores legitimados para ordenar os comportamentos individuais. Um delator interno, ex-membro da Máfia, pode ser bem visto pela sociedade em geral, mas é considerado, pelos padrões da ética mafiosa, um traidor imoral, merecendo ser eliminado.

A ética é sempre uma imposição regulatória; a moral é a forma individualizada pela qual essa regulação é absorvida e praticada. Exemplo interessante, além do debate já aqui referido, sobre a ausência total de qualquer controle para os apetites pessoais do Grupo de Poder que comanda o Brasil de hoje, indiferente ao comando bíblico do “não roubarás”, nos é dado pela literatura de Dostoiévski.

O seu personagem “Raskolnikov” sofre e perece, em meio à ambivalência “moral” de obedecer ou não aos parâmetros “éticos” firmados pelo Ocidente cristão, traduzidos no mandamento “não matarás”.

VIII

O mesmo parece ocorrer com a sociedade moderna. Sua estrutura ética legitima a indiferença social e a predominância da “carreira” e do “lucro”. Sob o ponto de vista “moral”, os agentes individuais vão se adaptando a essa legitimação.

A resultante é predominarem comportamentos de ostentação como sendo “normais”. Acumula-se a riqueza que não se pode gastar, não importando para nada os milhões de deserdados da sorte, que vagueiam, tangidos pelo abandono de um sistema esquisito, que é a marca da vida moderna.

Sob o impulso das redes de ação globalizadas, sempre em busca de expansão de mercados, barateamento de insumos e sustentação das taxas de lucro, o diferencial de renda se agrava, como procurou mostrar Stiglitz e Thomas Piketty, tornando o egocentrismo um fenômeno central à crise da modernidade.²⁵

Trata-se de uma realidade que se anestesia ante os dramas do coletivo, para enaltecer os sucessos do indivíduo. Como destaca Max Weber,

citando Goethe, o que sai desta alquimia socioeconômica nova são “especialistas sem espírito, sensualistas sem coração; esta nulidade imagina haver atingido um nível civilizatório jamais alcançado antes”.²⁶

Weber fala de “ética do capitalismo”. Na verdade, por seu alcance amplo, envolvendo todas as classes sociais, melhor seria identificá-la como a “ética do industrialismo”.

Hoje, ante a tragédia humana de cerca de três bilhões de famintos e despedaçados pela vida, temos sérias dúvidas para apontar, na cadência automatizada da economia moderna, tendências majoritárias no sentido de uma razoável posição social de apoio coletivo.

O modelo de homem, em geral, revela um predador voraz, narcisista e neurotizado pela síndrome da autorrealização material à custa do próximo, sem vestígios de qualquer tipo de solidariedade ou sentimento difuso de culpa quanto à sorte deste próximo.

Suas ações tomam o cuidado meticuloso de se ajustarem apenas à lei. Nada a ver com a ética. O controle subjetivo, a chamada força da consciência, perde relevância, destruída por códigos morais legitimados pela filosofia do individualismo astuto.

É válida a suspeita de ser inviável a sustentação, no tempo, de uma sociedade que se regula por códigos legitimadores do êxito pessoal, não importando como se logra este êxito, o meio, método ou comportamento usado, desde que se logre o objetivo almejado. Se esta é a nossa “normalidade”, parece correto julgá-la como patológica, porque nela se constrói um cotidiano no qual viceja o que Hannah Arendt chamou de “banalidade do mal”.

Dominado pelo *ethos* do ganho financeiro, do qual decorre, como evidência objetiva, o aumento das fortunas particulares e o desfrute

ostensivo de uma grandeza efêmera, o sistema ético da globalização do consumo e da ambição de poder acaba entronizando uma sociedade de simulacro, na qual só vale o *status* logrado, sustentado pela força antissocial do egoísmo.

Notas

1 Ver Marx, *Manifesto Comunista*, Ed. Boitempo, SP, 2010, p. 42.

2 Ernest Mandel, *O Capitalismo Tardio*, trad. brasileira da edição em inglês publicada pela Verso Edition, em 1978. No Brasil, saiu pela Abril Cultural, e é esta versão que uso para indicar ao leitor a consulta das páginas de 333 a 392, para uma explicação de por que o autor preferiu o uso de “capitalismo tardio”.

3 J. Habermas, em *Técnica e Ciência como Ideologia*, Ed. Unesp, SP, 2011, usa o termo sem qualquer referência a Mandel e à trajetória histórica do conceito. Ao leitor despreparado, dá a impressão de ser coisa sua e de seu grupo de colegas de trabalho.

4 C. R. A. Crosland, *The Future of Socialism*, Londres, 1956, p. 67.

5 Adolf Berle Jr. e Gardiner Means, *The Modern Corporation and Private Property*, NY, Macmillan, 1932, livro pioneiro sobre o tema; Adolf Berle Jr. Prossegue, aperfeiçoando a linha teórica nele contida até seu último livro; A. Berle Jr., *The Twentieth Century Capitalist Revolution*, NY, Harcourt Brace, 1954, passim; para uma reflexão mais completa e mais atual, ver os dois trabalhos de Alfred Chandler Jr. *The Visible Hand: The Managerial Revolution in American Business*, Belknap Press, Harvard University, Cambridge, 5. ed., 1980, e *Scale and Scope: The Dynamics of Industrial Capitalism*, idem, idem, 1990.

6 Ver Andrew Schonfield, *Modern Capitalism: The Changing Balance of Public and Private Power*, Oxford. Univ. Press, NY, 1965; quanto a Keynes, sua preocupação básica sempre foi encontrar fórmulas capazes de atenuar a liberdade de ação dos mercados e o irracionalismo do processo competitivo, o que provoca desequilíbrios sistemáticos, danificando o nível de emprego.

7 J. Schumpeter, *The Economics and Sociology of Capitalism*, coletânea organizada por Richard Sweedberg, Princeton Univ. Press, 1991, p. 300-301.

8 Os dois tipos de “solidariedade social”, o de tipo empático e natural, prevalecente nas sociedades agrárias de tipo “comunitário”, onde tudo une, a despeito de algumas separações, e o de tipo “societário”, predominante nas relações anônimas e objetivadas das sociedades urbanas modernas, onde tudo desune, a despeito de todas as uniões, ver o trabalho pioneiro de Ferdinand Tönnies, *Comunidade e Sociedade*, originalmente publicado em 1887, no qual essa observação é feita para diferenciar, digamos, poeticamente, as duas formas de relacionamento social. Tönnies inspirou-se em teses já levantadas por Morgan, no seu *Sociedade Antiga (Ancient Society)*, e Fustel de Coulanges, no famoso e conhecido *Cidade Antiga*, além do filósofo Schleiermacher, especialmente em seu *Ensaio de uma Teoria do Comportamento Social*. Foi seguido por Emile Durkheim, que aborda a mesma temática no seu *De La Division Du Travail Social*, com ênfase no processo impessoal que, anteriormente, seguindo A. Weber, chamamos de “processo civilizatório”. Por isso, altera o sentido dos termos de Tönnies. Para ele, “orgânico” diz respeito à sociedade na qual a complexidade maior do processo de “divisão do trabalho” constrói uma ordem interdependente, como a que se pode ver em qualquer “organismo”. Nela, as partes dependem do Todo, e o Todo das partes, pouco importando o nível

de afetividade. Nos grupos em que a divisão do trabalho é simples, quase grosseiramente dividida em sexo e idade, predominam laços automáticos e naturais de relacionamento social mediante relações primárias de integração social dos grupos. No primeiro caso, temos um conjunto dotado de “organicidade funcional” e não de “espontaneidade de sentimentos”; no segundo, é o contrário, predominam os “sentimentos” de lealdade, respeito, devoção e entrega.

9 Max Stirner, *The Ego and His Own*, Ed. Dover, NY, 1973, especialmente p. 5, 12, 138 e a parte iniciada na p. 362, até o final, quando desenvolve a tese de cada vida ser uma só, única, não repetível, sendo a “unicidade” uma condição da existência. Por isso, fecha o livro com a frase “tudo é nada para mim”, só contando realmente o que interessa ao ser de modo direto e necessário. Marx demole este “Robinson Crusoe” moral, ao mostrar que o homem, sendo um animal social, não existe sem os outros. Nem linguagem teria. Portanto, relevar a ética social como inoportuna e constritora é um sério equívoco de percepção. O egoísmo não pode sustentar-se por si mesmo.

10 Mesmo inteligências ainda pré-desenvolvidas em sua potencialidade racional, como a dos míticos gregos, admite a sucessão de “Eras”, caso típico e conhecido de Hesíodo, com suas diversas “Idades do Homem”.

11 Ver o meu livro *Dialética do Irracionalismo: Pareto e seu Confronto com Marx*, RJ, Nova Fronteira, 1985, para um desenvolvimento de certos aspectos da teoria do imponderável, do acaso, do jogo fortuito da vida. Nossa suposta racionalidade social tem bases nesses surtos, além de formas não racionais de valores e formações psicológicas capazes de provocar genocídios em guerras, ambições sem base e ideologias homicidas, como as da Inquisição. Por tudo isso, os limites da obje-

tividade histórica são afetados. O homem tem dificuldade de se livrar de seus condicionamentos de época, formação, vida e ideologia. Sobre o tema, ver, de Raymond Aron, *Introduction to the Philosophy of History: an Essay on the Limits of Historical Objectivity*, Londres; Widenfiel and Nicolson, 1961.

12 Ver Condorcet, *Esboço de um Quadro Histórico dos Progressos do Espírito Humano*, Unicamp, Campinas, 1993; atuando dentro do marco intelectual do chamado “Iluminismo”, com suas teses compartilhadas com d’Holbach, Diderot, D’Alembert, Reynal, estendendo-se até Voltaire e a tantos outros, o que parece interessante ressaltar é sua conclusão na parte 10, p. 176-203, sobre o derradeiro aperfeiçoamento humano realizar-se quando os preconceitos forem eliminados, a educação acessível a todos e a desigualdade da renda tornar-se irrelevante, tanto objetiva quanto subjetivamente, devido a um processo mais justo de redistribuição.

13 Leon Brunschwig, *Les Progrès de la Conscience dans la Philosophie Occidentale*, no qual o autor não procede a um estudo idealista da questão e, sim, correlaciona o desenvolvimento da consciência aos avanços do saber científico.

14 Ver Norbert Elias, *The Civilizing Process*, Basic Blackwell Oxford, 1978; a primeira edição em alemão é de 39. Interessante ler, pelo menos, da página 3 à 40, início do livro, onde Elias tenta firmar a diferença entre “cultura” e “civilização”.

15 Ver, de Alfred Weber, o pequeno e relativamente não muito conhecido livro, *Sociologia de la História y de la Cultura*, trad. espanhola da Nueva Vision / Galatea, Buenos Aires, 1957. Neste trabalho seminal, Weber analisa os três processos sociais geminados que formam a estrutura da História Social. Ver especialmente da p. 11 à 112.

16 Ver M. Heidegger, *Caminhos de Floresta*, Ed. Calouste Gulbenkian, 2014. Na floresta, há caminhos que se esgotam no não trilhado, deixando quem o segue na mais perfeita desorientação. Não se pode seguir adiante, por não saber para onde se está indo. Acrescentamos nós, a título de observação pertinente, que, pelo menos, na floresta há a possibilidade de retorno pela mesma trilha. Na vida, isso é impossível. Há que seguir, mesmo ignorando o que está pela frente.

17 O conceito de “reservas culturais” é básico para o esquema teórico de Arnold Toynbee, em seu monumental *A Study on History*, 12 vols., NY, 1935 a 1961; é de lamentar que estudiosos como Cid Flamarión, no seu *Os Métodos da História*, e Claude Lefort, em *As Formas da História*, passem ambos em marcha batida pela obra e pelas propostas metódicas de Toynbee, com olímpico descaso. Não as citam uma única vez, nem que seja para discordar. Toynbee não existiu para eles. E também para muitos outros, que até seria cansativo enumerar. Teimosia ideológica? Ignoramos. Provavelmente, os que sustentam o domínio da irracionalidade, para definir preferências e perspectivas ideológicas, logrem explicar o fenômeno. Prefiro abster-me.

18 Ver Daniel Bell, *The Cultural Contradictions of Capitalism*, Basic Books, NY, 1976. Neste trabalho, entre outras propostas capazes de ajudar na compreensão do sistema, o autor chama a atenção para o fato de terem sido a tecnologia e a codificação sistemática e cumulativa do conhecimento teórico os fatores decisivos no redesenho da sociedade moderna e de seus sistemas de estratificação social. Em outras palavras, não foi o capitalismo que gerou as transformações por ter sido ele mesmo gerado por elas. Como no mote escolhido para abrir o livro, citando T. S. Eliot, estaríamos envolvidos por um “*endless cycle of Idea and action/ endless invention, endless experiment?*”, que não sabemos se nos conduzirá aos “caminhos da floresta”.

19 Ver T. S. Ashton, *A Revolução Industrial*, Coleção Saber, Lisboa, Publicações Europa América, especialmente, para nosso tema, capítulos II, sobre antecedentes industriais, e III, sobre inovações técnicas. Ver também, da mesma coleção, *História das Técnicas*, de Pierre Ducassé; importante o trabalho de Karl Polanyi sobre *A Grande Transformação: As origens de nossa época*, Ed Campus, e o trabalho de J. D. Bernal, *Science in History*, especialmente o vol 2, *The Scientific and Industrial Revolutions*, MIT Press, Cambridge, Mass., 7. ed., 1985. Nele, a origem renascentista com a nova ciência e o trabalho dos artesãos é destacada nas páginas de 373 a 581. Para nosso objetivo, é interessante o enorme destaque dado aos artesãos e ao seu trabalho inventivo, especialmente citado na p. 525.

20 Ver Jean Gompel, *A Revolução Industrial da Idade Média*, Zahar Ed., RJ, 1977. Interessantíssimo ver o capítulo 6, todo ele dedicado a comentários sobre a vida e a obra de Villard de Honnecourt, engenheiro, e sobre sua atividade criativa no século XIII! Ao falar sobre os privilégios conferidos aos engenheiros e arquitetos, reitera sua importância social. Alguns deles, como Giovanni di Dondi, era um beneditino que construiu o primeiro relógio mecânico funcional; o inventor Richard Wallingford foi abade do mosteiro de St. Alban; e Robert Grosseteste, o grande cientista da ótica, o homem que firmou as bases para a invenção dos óculos, era um franciscano que acabou bispo de Lincoln, no século XIII, mestre de outro gênio, Roger Bacon, inspirador do “herói racionalista” de Umberto Eco, em *O Nome da Rosa*; nada de burgueses pelo meio! A essas pessoas devemos as bases sobre as quais se construiu a indústria moderna, os novos produtos e as máquinas, a partir das quais surgiram a mente burguesa e a classe que veio a ser a grande proprietária dos bens de produção no sistema capitalista. É muito complicado torcer e retorcer a História só para ajustá-la à nossa perspectiva particular a respeito das causas

de seu dinamismo. O interessado pode ver também o livro de Lewis Mumford, *Technique et Civilization*, Ed. Du Seuil, Paris, 1950. Se não estou enganado, há tradução em português disponível.

21 Lord Keynes, em sua obra-mestra, destaca a relação entre investimento e emprego. Considero uma de suas muitas tautologias econômicas, já que sua obviedade é de tipo acaciano. “O desemprego se produz quando a oferta de mão de obra e a demanda por esta mão de obra são maiores que o volume de ocupação existente.” Isto é, sem investimento adequado, para atender a “esta demanda de mão de obra”, não se logra ampliar o “volume da ocupação existente”. Só não explica como “demanda por mão de obra” pode existir, se não há necessidade econômica de empregá-la. Sobre esse estilo complicado, pode recair a culpa na imprecisão. O próprio Keynes o admite. Afinal, podia ser bom economista, mas não era, positivamente, bom escritor. Bem longe de um Adam Smith, de um Marx. No fundo, tudo se resume à obviedade de que, sem investimento, não há emprego. Deixando o sistema produtivo artesanal fora de questão, a partir dos clássicos, relaciona-se diretamente emprego com a taxa global de investimento. Ver de Keynes *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, trad. espanhola do Fondo de Cultura Económica, México, 3. ed. espanhola, 1951, p. 27-29. Sobre a observação referente a seu estilo, ver p. 69, op. cit.

22 Marshall McLuhan e Bruce R. Powers, *The Global Village*, Oxford Univ. Press, NY, 1989; Fernand Braudel, *A Dinâmica do Capitalismo*, Ed Teorema, Lisboa, 1986; Immanuel Wallerstein, *The Modern World System III*, Academic Press, NY, 1989; Todos eles escrevem sobre o tema, desde a década de 1980, mas é Wallerstein que recua até o século XVI, para ver surgir a força expansiva do capitalismo no primeiro volume de sua série.

23 Ver o meu *Modernidade: Estratégia do Abismo*, Unicamp, 1999.

24 Para síntese curta e rápida da concepção “antiparadisíaca” de nossas origens sociais, com o predomínio da discórdia e da luta pela sobrevivência, ver o bom prefácio de Manuel Sanches Sarto à edição do *Leviatã*, de T. Hobbes, Fondo de Cultura Económica, México, 1940, p. XXV; para conferir no texto ver p. 102-105.

25 Para detalhes sobre as críticas de ambos autores ao atual sistema e sua forma de distribuir a renda, ver o meu artigo “Capitalismo e distribuição de renda: Thomas Piketty”, em *Carta Mensal*, revista cultural da CNC, janeiro de 2015, n. 718.

26 Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, George Allen and Unwin Publ., 1976, p. 182.